

079ª SESSÃO ORDINÁRIA 30AGO2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós recebemos ontem uma grande queixa dos artistas de Porto Alegre, pautas que nós, na Comissão, temos tratado várias vezes. Eu disse para o Presidente que hoje a discussão preliminar de Pauta tem títulos de utilidade pública de entidades sociais, e eu tenho que falar em dois sentidos. O primeiro sentido, Presidente, tem que ser um elogioso: claro que não conheço ainda no detalhe, mas vi que o Prefeito anunciou um aumento de recursos na ordem de 30% a 45% para as instituições comunitárias que atendem educação infantil, as creches comunitárias. Nós tivemos aqui, na semana passada, uma reunião pública em que elas foram muito contundentes no tema do pavor que estão sentindo sobre se continuarão conveniadas ou não. O Ver. Tarciso acolheu essa pauta, será dia 12, vamos tratar disso, e certamente um dos temas é a falta de recursos para as instituições comunitárias colocarem-se em dia, fazerem um PPCI, regularizarem o seu terreno, regularizarem espaços físicos não adequados ainda para o atendimento. Eu me surpreendi. É claro, o Secretário aqui afirmou que farão todos os esforços para que as instituições possam ter condições de se conveniarem com a Prefeitura e manterem o trabalho. Nós precisamos acompanhar esses esforços para ver

se são reais. A surpresa é o aumento de recursos, que é uma pauta de que nós tratamos aqui nos últimos dez anos, porque o convênio é deficitário. Eu acho que, se esse recurso puder ser utilizado para benefício das crianças, para um atendimento de educação infantil mais adequado, ele é muito bem-vindo.

Eu sei que o Prefeito faz esse investimento porque acredita nesse modelo, que é um modelo de parceria, mas é bom e importante saber que o modelo de parceria com instituições para atender educação infantil não nasceu do Governo para a sociedade, nasceu da sociedade, que tinha 40 creches, Ver. Paulo Brum, que eram atendimentos que a comunidade organizou, porque não existia política de educação infantil. A antiga Legião Brasileira de Assistência passava algum recurso; quando foi extinta, deu pavor na cidade de Porto Alegre. As comunidades, que estavam sozinhas para atender as crianças de famílias carentes, procuraram o Governo. Em 1993, o Município começou a dar as primeiras ajudas sistemáticas para as creches que eram da comunidade. É importante saber que a origem não é pegar o serviço que o Município está prestando e entregar para a população prestar, a origem é outra. As pessoas tinham organizado formas de cuidar das crianças para as mães saírem para trabalhar e buscaram ajuda na Prefeitura de Porto Alegre. A Prefeitura, então, foi construindo mecanismos, melhorando convênios. Realmente, hoje, responde por 19 mil crianças de zero a seis anos. Muitas vezes, nós tratamos aqui da necessidade de ampliação de recursos para que elas se tornem totalmente gratuitas, para que elas se tornem muito adequadas para o atendimento da educação infantil.

Então eu quero, utilizando a discussão preliminar de Pauta, em que instituições estão recebendo o título de Utilidade Pública, dizer que esse processo é um processo inverso. Acho que, se o Prefeito e as Secretarias se aplicarem, nós podemos dar um *upgrade*. Nós temos um tema, que é o tema dos educadores e das educadoras. A formação de educadores e das educadoras que atuam nessas instituições precisa da parceria do Município. Em uma reunião que tivemos esta semana com a UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – ela está disposta a formar em Pedagogia educadores de creche, em uma parceria com o Município e, com este cedendo professores seus com doutorado, com mestrado, é possível fazer essa formação. Então estamos pedindo agenda com o Secretário para encaminhar o tema da formação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do

pronunciamento.) Obrigada, Presidente. Não é só o tema do espaço físico. Para atender a Educação Infantil, há exigências legais de formação de professores. E o Município, com vontade política, pode construir essas parcerias com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que tem sede em Porto Alegre, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não precisa gastar dinheiro como vinha gastando no Unipoa em outros cursos, mas investir em Educação Infantil para termos uma qualificação. E esses recursos novos que estão indo para os convênios sejam para remunerarem os professores de maneira diferenciada, porque, hoje, eles sequer são contratados com o título de professor, porque as instituições comunitárias não conseguem remunerá-los. E, quando eles se formam, não ficam na creche comunitária. Então são grandes desafios e nós queremos que sejam resolvidos de maneira positiva.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem, volto à tribuna hoje para falar do esporte, a bandeira que eu acredito: educação, esporte e cultura. A Sofia acabou de dizer da reunião que tivemos ontem e que foi muito proveitosa. Nós vamos lutar, porque o esporte também une, sociabiliza as pessoas.

Hoje, gostaria de mostrar aqui, saiu no jornal Zero Hora um artigo do Joel Prates Pedroso, sobre o Grêmio Náutico União: “O esporte é o que nos une e inspira”. Por isso, quando eu falo no esporte, eu falo com muita emoção, porque eu nasci dentro do esporte. A educação e o esporte que formou este cidadão que sou hoje, então sou muito grato ao esporte, devo ao esporte tudo que sou hoje. Eu venho batendo aqui na tribuna sobre esporte, o Brasil todo, pelo menos os canais de televisão que estou vendo, todo mundo recorrendo e falando sobre esporte. Não aqui, nós, Vereadores, mas sim em quase toda mídia. De manhã, Ana Maria Braga, na Band, todos falando sobre esporte. Por quê? O povo tomou ciência de que é o esporte que nos dá o caminho certo, a educação e o esporte. Essa violência que estamos vivendo hoje é falta de sonho, é falta de esporte. Então, quando eu peço nos condomínios, que coloquem pelo menos, 20%...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: O nosso amigo, Ver. Janta, foi recebido com aplauso, merecido.

Então, eu gostaria de voltar ao assunto do esporte. A importância do esporte na vida das crianças, dos jovens, adolescentes, adultos e idosos. É muito importante. A televisão hoje pede para que pratiquemos esporte, teremos menos doenças; vamos fazer uma alimentação adequada para evitar os pronto socorros e hospitais.

Então, sempre que eu puder, vou buscar falar aqui na tribuna sobre esporte. Está aqui a Daiane dos Santos, bem na capa, e fala sobre o esporte, o que o esporte trouxe para ela, assim como eu também falo o que o esporte trouxe para mim, e assim inúmeros jogadores de vôlei, de basquete e outros. Quando digo esporte, não é só o futebol. Hoje, em Porto Alegre, eu vejo as pessoas caminhando, correndo; isso se chama vida, evitando farmácia, pronto socorro. Então, o esporte é tudo. Quero dar os parabéns à RBS TV, à Alice, que, com esse trabalho, ela quer mostra a nós, à sociedade, aos pequenos e aos grandes empresários que há uma maneira, sim, de diminuirmos essa violência; é levando o esporte àquelas pessoas mais carentes para que tenham a possibilidade de sonhar ser um grande atleta um dia. Essa é a intenção de todos nós quando falamos em como o esporte é rico, como faz bem e como nos aproxima, como nos faz solidários. O esporte é tudo: faz de uma capital uma grande metrópole, e uma metrópole que é espelho de um país, de um país chamado de Primeiro Mundo. Obrigado, Presidente, era isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, eu gostaria de agradecer, hoje, o período que exerci a Liderança do Governo, no qual foi possível aprovar, nesta Casa, vários projetos, que entendo serem de interesse da Cidade de Porto Alegre. Isso foi possível graças à compreensão de cada uma das bancadas que aqui estão, à ajuda do Presidente Cassio Trogildo; da bancada do PTB,

Ver. Paulo Brum; da bancada do PP, Ver.^a Mônica Leal; Ver. Tarciso, do PSD; Ver. João Bosco Vaz, do PDT, que muito me orientou em algumas coisas, sua experiência neste Parlamento; Ver. Idenir Cecchim, junto com a bancada do PMDB, Ver. Valter Nagelstein, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. André Carús; a bancada da oposição, Fernanda Melchionna, que, muitas vezes, os argumentos foram sensíveis a alguns projetos e nos ajudaram a construir, com emendas, com diálogo, coisas boas para a Cidade de Porto Alegre; Ver. Mauro Pinheiro, com a sua experiência de pequeno empreendedor desta Cidade, com a sua experiência política, muito me ajudou; Ver. Camozzato com o seu sangue efervescente, ajudou a construir também; Ver. Maroni que, com o tempo, se somou a nós, com toda a sua explosão; Ver. José Freitas, com toda a sua calma, com toda a sua sabedoria; Ver. Ferronato com toda a sua experiência de servidor público, Ver. Paulinho Motorista, o Ver. Pujol, Ver. Dr. Thiago, todos os que ajudaram a construir o que foi construído aqui. Só que eu e o meu partido entramos num projeto político, aquelas pessoas que ali estão, entramos num projeto político para abrir os postos de saúde até as 22h, entramos num projeto político para implementar a escola de tempo integral, entramos num projeto político para colocar videomonitoramento na Cidade de Porto Alegre, entramos num projeto político para melhorar a Cidade de Porto Alegre. Esse projeto, Ver. Moisés Barbosa, que muito me ajudou nesta Casa, a quem devo muito respeito, em muitas coisas convergimos e em algumas divergimos e chegamos a uma conclusão depois, esse projeto político incluía, lá nas eleições e, depois, em discussões internas no Governo, jamais mexer na segunda passagem. Esse projeto político, Ver. Paulo Brum, nas reuniões com o Governo, jamais incluiu tirar direitos dos portadores de deficiência. Esse projeto político, em reuniões com o Governo, jamais incluiu tirar direitos dos idosos. Quando isso aconteceu, eu, pela minha história política, que o Prefeito Marchezan conhece e sabe, não podia me furtar. Fiquei 30 dias apelando ao Prefeito para que retirasse esse decreto. Numa cidade democrática e participativa que nem Porto Alegre, não se pode governar por decreto; se governa ouvindo as partes. A Prefeitura anunciou hoje que vai pagar salários, Ver. Moisés, de R\$ 2.800,00, se eu não me engano.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Três e trezentos, me auxilia o Ver. João Bosco Vaz. Aí a Prefeitura pode, Pares, entregar, na mão da ATP, R\$ 120,00 para cada servidor público. Eu fiquei ontem, durante todo o dia, procurando quantos servidores públicos são: aproximadamente dez mil. A Prefeitura pode dar 120 mil dos cofres públicos de Porto Alegre para a ATP? Não pode, não pode. Tenho certeza de que vão fazer falta 120 mil para a saúde, tenho certeza de que vão fazer falta 120 mil para a educação de base, tenho certeza de que vão fazer falta para a Secretaria de Segurança... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...120 mil para várias áreas da cidade de Porto Alegre. Então, só me restou uma coisa: procurar a Justiça, e assim o fiz. O Prefeito alegou que eu não falei com ele na segunda-feira. Eu não ia estragar um evento maravilhoso, 208 leitos para a cidade de Porto Alegre. Eu trabalhei a minha vida inteira na iniciativa privada e, no meu currículo, eu nunca tinha sido demitido por meio da imprensa. Eu fui demitido por carta, fui demitido pelo gerente, fui demitido pelo meu chefe, fui demitido pelo meu superior, fui demitido por todos, mas nunca tinha sido demitido pela imprensa. Jogadores de futebol são demitidos por telefone, eu fui demitido por telefone já. Incluí no meu currículo, agora, ter sido demitido pela imprensa. Isso somente prova que eu estou na linha certa: na linha do povo de Porto Alegre, na linha dos trabalhadores e suas famílias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Colegas Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores, cidadãos de Porto Alegre, eu fico me perguntando por quê – e muitas vezes hoje vou usar esta interrogação: por quê? Por que o Prefeito, durante a campanha eleitoral, caminhou tanto pela Cidade, Ver. Oliboni? Por que o Prefeito eleito caminhava, parecendo sempre que tinha um rumo; no entanto, hoje, nós estamos vendo: não tem rumo! E os rumos que pega são desvios perigosos, Ver. Sgarbossa, como eu vi ontem em uma afronta à dignidade da pessoa humana. O Prefeito chama no Paço Municipal, no Salão Nobre, dezenas e dezenas de instituições para anunciar a relação com a sociedade civil, com creches, com

convênios, com a FASC, etc. e tal. Marcado para às 14h, no início da reunião eu me lembro que estavam lá alguns Vereadores: o Presidente Cassio Trogildo, o Matheus e eu estávamos às 14h, depois chegaram outros colegas. Eu não aguentei, porque achei humilhação demais, uma fila quilométrica de pessoas para entrar no Paço Municipal, tendo que dar nome e carteira de identidade. Que democracia é essa? Que jeito de receber o povo é esse? Por que não marcou, então, num auditório? O Prefeito tem medo de quê? Não fez as reuniões do Orçamento Participativo. E até chegamos a discutir aqui que achávamos que ele devia fazer as reuniões do Orçamento Participativo, se não fosse para agregar novas demandas, para dar explicações sobre as demandas antigas – não foi isso que aconteceu! Lastimo profundamente esse jeito de ser e fazer as coisas. Nós estamos vendo que o Prefeito passa o tempo inteiro dizendo que não há recursos.

Discutimos aqui – eu falo pela bancada do Partido dos Trabalhadores – o Plano Plurianual, vimos como foi o jogo das emendas aprovadas e rejeitadas. E fizemos aqui uma Declaração de Voto, assinada pelas bancadas do PT e do PSOL conjuntamente. E mostramos que estávamos diante de um jogo de cena.

Chega aqui a LDO, que ainda não estamos discutindo. Eu acho que foi muito positivo que o Presidente não tenha colocado em discussão ainda porque há problemas gravíssimos nela, inclusive de interferência do Poder Executivo na Câmara de Vereadores. Este ano, Ver. Aldacir Oliboni, nós vamos provar que esta Câmara tem altivez. Este ano, esta Câmara vai provar que tem independência. Este ano, nós vamos provar, como no ano passado, que poderá haver devolução de recursos, porque aqui não terá e não tem ganância, mas não será o Prefeito a colocar o seu dedo no orçamento da Câmara Municipal de Porto Alegre – ah, não vai! Nós fomos eleitos para sermos Vereadores da Cidade, a Câmara tem que ter independência, não será o Executivo e nem o Judiciário a nos monitorar, nos pressionar e determinar o que esta Câmara tem que fazer de forma clara, cristalina e altaneira. Nós temos direito ao duodécimo; nós temos Regimento interno na Câmara; nós temos uma Mesa Diretora que vai decidir o que gasta e o que não gasta. Tire o dedo da Câmara Municipal! Autonomia e liberdade sempre! Aqui não! Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas, eu ocupo aqui o período de Comunicação de Líder, pela oposição, em nome dos Vereadores do PSOL e do PT, para obviamente fazer uma análise sobre a situação política que nós estamos vivendo no Município de Porto Alegre. Antes, quero dizer ao Ver. Cláudio Janta que a demissão, da forma lamentável e autoritária como ocorreu, como ele falou nesta tribuna, e eu o ouvi atentamente, vinda de um Governo recessivo e autoritário, como é o Governo Marchezan, acaba sendo um elogio. Um elogio diante dessa situação de um governo que tira dos pobres para dar aos ricos, como é o caso da segunda passagem gratuita, que foi tirada por decreto, que penaliza os mais pobres, que faz com que quem não tenha uma cobertura adequada do sistema de transporte, pague uma tarifa de R\$ 6,07, o que gerou a ação do Ver. Cláudio Janta no Judiciário, e os apelos sistemáticos dele nos últimos 30 dias aqui na Câmara de Vereadores, e também a ação da oposição. É preciso derrotar esse decreto, e nós saudamos a ação do Janta no Judiciário, como oposição, estamos dispostos a unificar todas as iniciativas a favor do povo, assim como saudamos a luta para que esse pacote recessivo, autoritário e privatista não seja vitorioso no Município de Porto Alegre. Nós precisamos da ajuda e da mobilização de todos e todas para derrotar o conjunto do pacote que ataca direitos da população com deficiência, da meia-entrada para os estudantes, que extingue a profissão dos cobradores e que, ao mesmo tempo, aumenta os lucros abusivos da massa de transporte coletivo. Precisamos ter uma mobilização ampla na cidade de Porto Alegre contra o desmonte do serviço público no pacote de seis projetos, que tira regime, que acaba com conquistas dos municipais e municipais, eu abre margem para a privatização do DMAE, que faz, na verdade, um desmonte dos servidores públicos que estão sendo atacados diariamente pelo Marchezan. Atacados no discurso e atacados nas ações. No dia de amanhã, foi anunciado um parcelamento de R\$ 3 mil do salário dos municipais, que além de ser um absurdo do ponto de vista de quem trabalhou, porque salário é sagrado, mais do que isso, é um absurdo que deve se aprofundar se nós deixarmos que isso se estabeleça como regra no Município de Porto Alegre.

Mas, ao mesmo tempo que o Governo faz essas ameaças sistematicamente nos meios de comunicação, de forma autoritária, desrespeita as entidades do movimento social, os mecanismos de participação como o Orçamento Participativo, os conselhos municipais,

que demite o Ver. Janta pelo telefone, que desrespeita Vereadores que decidem estar do lado dos servidores não retirando a reposição da inflação, chamando-os de covardes, esse Governo está se isolando. E cada queda dos Secretários, dos cargos importantes do Governo, cada um que tem caído ao longo desses oito meses – já são oito, desde Secretários até Liderança do Governo –, é uma demonstração da fragilidade desse projeto. E a Câmara tem que definir onde está: se vai ter uma posição pró-ativa, fiscalizadora de combate a esse projeto recessivo que vai piorar a economia municipal, que vai desmontar os serviços públicos, que vai precarizar o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre ou se vai dar guarida a um projeto que desmonta a nossa história e que, ao mesmo tempo, leva Porto Alegre a um caos.

Nós temos a convicção de que é necessário fazer essa resistência. E nós, da bancada de oposição, estamos dispostos a fazer todas as lutas possíveis, dentro e fora do Parlamento, para que esse projeto, de conjunto, seja derrubado.

Então, eu queria dizer ao Ver. Cláudio Janta, que saudou o nosso diálogo, nós temos alguns anos de convivência aqui no Parlamento, que para nós, da oposição, a demissão dele é a certeza de que nós temos mais um parceiro contra esses ataques no que diz respeito ao pacote dos transportes, Ver. Dr. Thiago, a segunda passagem gratuita, o pacote de maldades que o Marchezan mandou para cá no que diz respeito à retirada de direitos. Mas nós precisamos da ajuda de todos para desmontar e derrotar o conjunto dos pacotes que tiram direitos dos trabalhadores de Porto Alegre, sejam os municipais, sejam os trabalhadores da Câmara de Vereadores, que também são atingidos por esse projeto arrasa quarteirão. Nós temos a convicção de que o Governo Marchezan é um Governo fraco, que cada vez mais se isola, e esse isolamento precisa ser fortificado com essa resistência, com essa ampla unidade, com a mobilização dos trabalhadores e com uma derrota categórica desses projetos. Nós devemos, sim, fazer todos os esforços para que a Câmara, de conjunto, derrube esses pacotes recessivos, autoritários e privatistas enviados pelo Governo Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras. Subi aqui mais para fazer uma fala em apoio ao Janta, que eu acho que está lá fora, não vai poder escutar, mas eu não poderia me isentar de fazer. Pessoalmente, eu não votei no Marchezan, falo isso publicamente. Votei em mim para Vereador e no Raul Pont para Prefeito, porque, naquele momento, entendia a importância de tentar colocar um setor de cada campo em segundo turno para fazer a disputa. O Prefeito Marchezan esteve aqui por uma ou duas oportunidades me pedindo apoio, na época eu ainda estava como Presidente do PR e, nas duas oportunidades, neguei. Um convite foi feito na frente da Encol, no Z Café, e outro na véspera de se formarem as chapas aqui, mas eu tinha convicção pessoal de que era fundamental colocar os dois campos nas eleições. Eu digo que fazer política é um exercício muito difícil, muito complexo. O papel do Janta aqui, no primeiro semestre, foi fundamental. Eu acho agora que vai ser determinante, e eu aqui, mesmo colocando a visão pública do meu voto, a Câmara construir pela Cidade.

Ver. Adeli, fui construído no movimento estudantil, tu sabes bem, fui muito crítico a tudo na época do movimento estudantil, mas, com o tempo – talvez alguns vão achar isso uma opinião oportunista, mas pessoalmente acho que foi uma opinião que eu constituí com o tempo, de que não participando e não colaborando com o Governo, tu não tens condições de ajudar a Cidade. Porque é óbvio que sempre haverá críticas a qualquer governo que estiver no poder. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, se a Luciana Genro fosse prefeita da Cidade, eu iria tentar colaborar com o governo dela, ou eu poderia ficar aqui procurando listas de coisas que não vão dar certo. Eu não tenho dúvida nenhuma com relação à característica pessoal de um ou de outro, do próprio Marchezan, pessoalmente não sou amigo, não tenho nenhum tipo de intimidade com ele e não tenho aqui nem carta para defendê-lo. Mas eu quero dizer que, querendo ou não, a não ser que ocorra um *impeachment*, ainda temos três anos deste Governo na Cidade. E será fundamental a Câmara tentar fazer um debate pela Cidade, inclusive com o Prefeito, das bancadas independentes do PMDB, do PDT, da Rede, do NOVO, fundamental. Vai ter muita coisa ruim, muita coisa para criticar, e eu tenho certeza de que, no final, lá nas eleições, essas questões serão usadas, e vão ter coisas positivas que podem ser lembradas. Eu só acho que o mais importante é não darmos nada como terra arrasada, porque ninguém aqui está acima do bem ou do mal, Rafael, ninguém na Prefeitura e nem nós, pois nós somos humanos, os nossos mandatos têm equívocos. Com relação à questão do Prefeito

pág. 10

Marchezan ter dificuldade... Está aqui o meu camarada Kevin, que muito foi parceiro também – a Fernanda, quero dar parabéns pelo bebê de vocês – e que foi um cara determinante no Governo Fortunati/Sebastião Melo e foi determinante na eleição do Marchezan também. Mas eu acho fundamental termos sensibilidade no aspecto de construir pela Cidade. Porque cair no discurso da oposição sempre vai ser fácil. Para mim, seria muito mais cômodo ficar no discurso de ser contra tudo, de que tudo é ruim. Eu acho que nesse tipo de discurso quem perde é a Cidade. E nós temos três anos ainda pela frente com este Governo. Digo e reafirmo aqui: isso não é oportunismo, não é nada. Qualquer que seja o governo, pessoas que estão preocupadas com a Cidade têm que tentar se aproximar, até porque conseguem intervir mais, conseguem fazer política melhor. O cara que está distante do governo não consegue, tu vais ficar só criticando e... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) E fazendo discurso para os teus. Aí, tu escolhes um nicho, comesças a criticar e fazes discurso para os teus. Se tu pensas na Cidade e queres colaborar... Eu, apesar de ser dos animais, surgem várias demandas que consigo encaminhar por ter este acesso ao Governo, o que facilita, por poder dar uma opinião. Bom, Moisés, eu sou um cara difícil, de personalidade difícil; o Marchezan, todo mundo sabe que também é. Agora, é melhor tu teres um cara difícil com quem tu possas conversar ou é melhor tu romperes com um cara difícil, só bater no cara?

Eu acho que é fundamental discutir a questão dos servidores, assim como a questão das isenções. Eu estou aberto a receber qualquer setor no meu gabinete, mas eu acho que é determinante não dar como terra arrasada, porque nós temos três anos e pouco pela frente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rafão Oliveira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RAFÃO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; cidadãos porto-alegrenses e gaúchos; trago ao debate uma questão importantíssima no âmbito da segurança, mas que é amplamente negligenciada. Falo de soberania nacional. Em verdade, a soberania nacional é incrivelmente ameaçada aqui

mesmo, aqui dentro do Brasil. É algo que não se fala e que defensores da bandidagem fazem questão de esconder, pois sabem que o crime serve ao crescimento de suas ideologias de morte. Isso tanto é verdade que o sanguinário ditador comunista Lênin e outros heróis socialistas sempre defenderam o uso dos criminosos como elemento de desestabilização da sociedade.

Mas, enfim, após ser homenageado pelo Exército Brasileiro, no Dia do Soldado, fiquei pensando sobre a defesa da soberania e como o urgente combate aos inimigos internos que nossas Forças Armadas poderiam ser muito melhor utilizados. Se nossos governantes resolvessem agir, certamente as Forças Armadas responderiam com muito gosto junto às Forças Policiais, combateriam o bilionário e fortemente armado crime organizado. A soberania brasileira está ameaçada, vivemos tempos sombrios com ataques terroristas apavorando o mundo. Por aqui, porém, a ameaça vem de fora, ela está nas ruas, nas nossas casas, nos ambientes profissionais e de ensino. Age sem horário, pode ser à luz do dia ou à noite, é desavergonhada e destemida, podemos chamá-la de insegurança ou criminalidade, mas ela se personaliza nos bandidos que amedrontam nossa gente, cada vez mais ousados, cada vez mais impunes. O princípio da soberania se refere à relação de um ente de poder com seus pares e subordinados. É soberana a entidade nacional que não possui superior no contexto externo, nem iguais na conjuntura interna. Então me digam: é possível afirmar que o Estado Brasileiro é soberano? Ora, observemos a situação do crime, organizado ou não: desobediência contumaz à lei, desrespeito às autoridades e uso de força ilegal excessiva e desproporcional contra a população brasileira; além disso, por todo o País, há vilas, bairros e até cidades dominadas por criminosos, sobretudo traficantes de droga, seja nos territórios que já lhes pertencem, seja nas ruas de nossas cidades. Criminosos fazem o que querem, colocando-se acima das instituições, portanto acima da soberania brasileira. O que difere esses vagabundos e covardes de invasores estrangeiros é que estes, os invasores estrangeiros, talvez encontrassem alguma resistência. Não sofremos com ameaças externas, senhores, mas internamente vivemos uma guerra, uma guerra assimétrica, um verdadeiro massacre. De um lado, a quase totalidade da população; de outro, a minoria marginal, impune e fortemente armada; no meio, as Forças Policiais que não contam com o respaldo da imprensa, nem dos políticos, nem com investimentos estaduais para enfrentar a guerra não declarada que fazemos de conta que não existe.

Não adianta gritar por paz nem apelar às leis, que são brandas e não são aplicadas. Criminosos não leem Estatutos Penais. Precisamos reagir, precisamos de leis que inibam o crime e de forças de seguranças ativas e combativas. Pra cima deles! Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente. Boa tarde, colegas Vereadores. Gostaria de trazer aqui a todos os colegas e ao Parlamento de Porto Alegre a carta da família que teve sua propriedade invadida e que, na semana passada, teve sua reintegração em Porto Alegre, a qual vimos que gerou um grande debate em torno da propriedade privada em nosso Município. Vou lê-la nas palavras que me foram colocadas pela família (Lê.): “O outro lado da invasão do prédio do Hotel Açores pelos Lanceiros Negros Vivem. Desde o dia 04 de julho último, nós, proprietárias do imóvel, optamos pelo silêncio e por aguardar que a justiça seguisse seus trâmites. No entanto, ao longo destes quase dois meses de duração da invasão, ouviram-se absurdos e inverdades que ora vimos esclarecer. O prédio pertence a três senhoras idosas – todas com cerca de 70 anos de idade, as quais trabalharam desde sua juventude na empresa fundada pelos pais. Inaugurado em 1976, o prédio foi construído pela família ao longo de uma década, sem financiamento público ou privado e, portanto, não foi construído para a Copa do Mundo por especuladores imobiliários, como alegado por alguns. Após ser gerido pela família ao longo de 27 anos, o prédio esteve alugado por um grupo do ramo da hotelaria entre 2004 e 2016, e posto à venda em março de 2016. Aliás, em decorrência da crise econômica por que passa o país, o que mais se vê na Cidade é imóvel à venda. Na ocasião, o prédio estava em bom estado de conservação, foi repintado, contava com os elevadores em funcionamento e com água e energia, mantidas inclusive durante a invasão. Ou seja, contrariamente às assertivas dos invasores o imóvel nunca esteve abandonado, era regular e estava com impostos e outras despesas pagos em dia. Mesmo tendo nosso direito de propriedade privada brutalmente desrespeitado, optamos por não cortar energia elétrica e água, a fim de prover condições básicas de saúde e higiene especialmente para as crianças e idosos que se encontravam entre os invasores, além de evitar uma possível

pág. 13

tragédia, advinda de ligações clandestinas e precárias. Energia que, inclusive, serviu para patrocinar festas, exibições de filmes, peças teatrais e demais eventos abertos ao público, organizados pelo movimento invasor, como se pode comprovar nas redes sociais. E isso à revelia de todo o cuidado que se faz necessário, no que diz respeito à prevenção contra incêndio, ao controle de bebidas alcoólicas e à exposição de menores.

Desocupado o prédio em hábil e eficaz atuação da Brigada Militar ficam a nosso encargo as contas de água, energia e serviços de limpeza, advogados, reparos dos danos ao imóvel e custos processuais. Sem contar os danos morais a nós causados, especialmente considerando nossa idade avançada. Salientamos que a ordem judicial era incondicionada, exceto pela atribuição de caminhões de mudança e depósito de móveis e utensílios, também custeados por nós. Entendemos que o Brasil é um país com muitas desigualdades, porém não cabe a nós, pessoas físicas e cidadãs que pagam seus impostos, prover moradia a diversas famílias. Estamos nos recompondo aos poucos do grande estresse sofrido durante o período de invasão sem que algum representante da Comissão de Direitos Humanos nos procurasse para prestar solidariedade, com a honrosa exceção do deputado Marcel van Hattem, integrante dessa mesma comissão. Destacamos também a solidariedade do Vereador Felipe Camozzato. E queremos ainda agradecer a guarida do Judiciário Gaúcho, aos oficiais de justiça, Corpo de Bombeiros, EPTC e demais órgãos que estiveram envolvidos no cumprimento da medida. Em especial à Brigada Militar, pela excelente condução de reintegração de posse. Acreditamos que nossas polícias, civil e militar, devem ser mais valorizadas e respeitadas pela sociedade, bem pontuado pelo nosso Vereador e Colega Rafão Oliveira e pela nossa Colega Comandante Nádia, sempre aqui no plenário. Nosso agradecimento também a quem esteve ao nosso lado nos prestando solidariedade.” E assim encerra a carta da nota da família proprietária do imóvel. Muito obrigado, pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que se preste homenagem póstuma ao Luiz Eurico Laranja Vallandro, falecido no dia de hoje cujos procedimentos estão em desenvolvimento. Era uma pessoa muito querida de todos nós, de V. Exa., do meu partido, do seu partido, da Cidade de Porto Alegre, pela sua atuação na medicina, na área esportiva, na vida social, política e econômica da Cidade. Ao nosso

amigo Luiz Eurico Vallandro a nossa homenagem póstuma. Requeiro a V. Exa. um minuto de silêncio e o faço com o apoio do Ver. Mendes Ribeiro, que também se solidariza conosco nesta hora.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente Cássio, Vereadores e Vereadoras presentes, pessoas que nos acompanham pela TVCâmara, muito especialmente aos companheiros e companheiras que estão aqui, que vieram acompanhar a Sessão. Ao contrário do que algumas pessoas esperariam, em vez de falar individualmente eu preferi usar a tribuna para dizer que esta semana recebi a tarefa, a incumbência de estar aqui à frente da Liderança do Governo. Eu não poderia deixar de saudar aqui o Ver. Cláudio Janta, e dizer, de uma vez por todas, apesar de muitas pessoas criarem factoides, que não existe nenhuma ruptura, não existe nenhuma briga, não existe absolutamente nada de interferência na forma fraterna, a forma em que o Ver. Cláudio Janta e o Ver. Moisés Maluco do Bem desempenharam seu papel aqui. Em alguns meses pude aprender e auxiliar, juntamente, na liderança deste Governo, com a ajuda de todas as bancadas que contribuíram de uma maneira. Quero dizer do meu compromisso nesta Casa de continuar na linha do diálogo na construção deste novo momento. Nós respeitamos as individualidades dos mandatos de todos os Vereadores e Vereadoras aqui, então, na realidade, existe uma diferença de opinião pontual, Ver. Cláudio Janta, mas o Governo precisa fazer as entregas que se dispôs a fazer à sociedade. São entregas de assuntos difíceis, são projetos muito difíceis, e eu vou, humildemente, pedir ajuda dos Pares, das Vereadoras e dos Vereadores que têm uma larga experiência na Casa – eu estou no primeiro mandato – para que eu possa, da melhor maneira, ser útil nessa tarefa.

Quero, de imediato, dizer que hoje é um dia feliz, sim, para este Governo. É um dia feliz porque foi anunciada na imprensa a maior compra de ambulâncias realizada com recursos próprios em Porto Alegre. Então aqui, na presença ilustre do Secretário Adjunto da Saúde e da equipe da Saúde, peço que transmitam isso ao Secretário Erno e a toda equipe – não são somente vocês, há uma grande equipe –, que, apesar das dificuldades financeiras, está fazendo de tudo para correr atrás de recursos.

Também quero dizer que, após ouvir a Vereadora que me antecedeu, eu não pude entender se foi feito um elogio ou não, então eu peço desculpas pela minha falta, talvez, de compreensão. Foi abordado aqui o tema das creches. Também quero saudar o Secretário Adriano, que já esteve aqui se colocando à disposição; saudar o Governo por esse esforço, porque, apesar de todo problema da crise do País, fez um esforço de aumentar os valores das creches conveniadas.

Este Governo não vai ficar fazendo política partidária de tentar dar autoria ou dizer que é seu. O importante é o serviço lá na ponta, o importante é que as creches recebam esse recurso majorado. Então é um dia feliz para o Governo, que está noticiando essas entregas. Eu peço, no final, a ajuda dos Vereadores nesta nova tarefa, neste novo momento, para a gente construir um novo momento, uma nova liderança do Governo, que é a minha tarefa, dialogar e construir isso.

Muito obrigado aos Pares pela atenção; obrigado a vocês, que vieram aqui de uma maneira carinhosa prestigiar este novo momento. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Vereadoras, Vereadores, Presidente Cassio Trogildo, acho que há, evidentemente, uma situação grave em Porto Alegre. Nós temos uma crise política no Governo, ou o seu início, é óbvio, porque não é qualquer dia que um líder de governo entra na Justiça contra o seu próprio governo; não é qualquer dia que um líder de governo é demitido ou se demite, isso é secundário. Mas o fato é que, durante oito meses, o Ver. Janta liderou o Governo aqui na Câmara de Vereadores e hoje deixou de ser parte dessa liderança. Nós confessamos que tem um elemento necessário na

nossa política – e a Ver.^a Fernanda se referiu a isso no jornal Zero Hora –, nós temos, sim, interesse em derrotar determinados projetos do Governo, mas não porque não queremos colaborar com a Cidade. Nós queremos derrotar determinados projetos do Governo, porque aumentam a crise social na cidade de Porto Alegre. Aumentam tanto que uma liderança do Governo, como o Janta, que tem uma determinada base social mais ligada aos bairros, à categoria de profissionais como os comerciários e rodoviários não pôde bancar mais a sustentação do seu próprio Governo que ele ajudou a eleger! A ruptura, pelo menos da liderança do Janta com o Governo, é um sinal claro de que os projetos do Governo são antipopulares. O exemplo da passagem é um deles. É um absurdo, porque é um projeto recessivo, pois aumenta o desemprego, quando já temos no País 14 milhões de desempregados! É um projeto recessivo que penaliza o pequeno e médio empresário. Então é um projeto que não faz sentido nenhum! A não ser beneficiar os donos das empresas que, apesar de não cumprirem uma série de leis que a licitação exige, têm por lei uma lucratividade de 9%! Um lucro de 9% que o Prefeito Marchezan não questiona! Foram seis meses e até agora tem sido assim. Infelizmente, não há nenhum sinal de que isso vai mudar. São meses de ataques sistemáticos aos servidores públicos municipais. Alguém acha que uma cidade pode melhorar com os servidores públicos municipais desmotivados, de modo sistemático, sendo responsabilizados por uma crise que a classe trabalhadora não fez?! Ora, como se pode responsabilizar professores, trabalhadores do DMAE e do DEP por crises que eles não fizeram, quando nós estamos num país onde nós temos um governo federal dominado pela corrupção que segue como se tudo estivesse normal? Um país onde nada está normal! Onde nós temos as situações absurdas de pessoas que têm que cavar a sua própria cova e depois são assassinadas! Ou tragédias como a da Bahia e do Pará, que ocorrem como se ninguém tivesse que explicar nada! Nós temos um País que tem uma profunda crise social, onde o tecido social está se esgarçando, e o Prefeito, aqui em Porto Alegre, assume o governo e diz que o problema da Cidade são os servidores públicos! Então, é um escândalo isso! O governo ao invés de tentar se apoiar nos servidores públicos para melhorar os serviços públicos, enfrenta os servidores! E além de enfrentar os servidores, enfrenta outros setores como é a expressão da questão vinculada para a segunda passagem, como é ausência completa de políticas sociais nos bairros da Cidade. Então, é evidente que há uma crise. E nós, como partido, queremos deixar muito claro para a sociedade e também

para os Vereadores. Nós estamos dispostos a colaborar com a Câmara de Vereadores, se ela quiser produzir políticas capazes. Não só de impedir os ajustes do senhor Marchezan, mas também de promover melhoria real na cidade de Porto Alegre, porque também os Vereadores têm essa responsabilidade e têm esse dever.

Nós sabemos que não é fácil. Quem nos conhece sabe que a aposta que o PSOL faz é uma aposta muito mais vinculada à capacidade da sociedade se auto-organizar, de haver um aumento de associação nos bairros, associação dos sindicatos, associação do movimento estudantil, a capacidade das sociedades de se auto-organizarem, até porque a Câmara de Vereadores, eu que tenho uma formação Leninista – eu sei que tem Vereador que não gosta – mas eu que tenho a formação Leninista sei que a Câmara de Vereadores é uma composição de distintos interesses de classe. Mas nós estamos dispostos a colaborar se a Câmara de Vereadores aceitar, assumir a sua responsabilidade e produzir políticas públicas capazes de ajudar o nosso povo. Enquanto isso não ocorre, nós vamos tratar de impulsionar a auto-organização para que as pessoas possam resistir ao ajuste que está ocorrendo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; ouvi os discursos do líder Janta, que entregou o seu posto para o Ver. Moisés; ouvi os discursos da oposição; e entendo que o Ver. Janta não precisa de defesa alguma. Ele fez um trabalho bom, competente e coerente. Quando ele não concordou com o Prefeito, tomou uma atitude. Eu acho que, pela boa relação que os dois têm – o Prefeito e o Janta –, isso até foi combinado; não parece, Ver. João Bosco Vaz? É eu acho sim, que os dois têm um grande apreço um pelo outro. Tenho certeza, Ver. Mauro Pinheiro, que esse foi um episódio momentâneo. E tenho certeza de que o Ver. Moisés saberá, pelas qualidades que tem e pelo que demonstrou como Vice-Líder do Ver. Janta, pela capacidade de amizade, de coerência, e bom Vereador que é, saberá desempenhar a liderança a contento. Até porque entendo, Ver. Janta, que os problemas que aconteceram aqui não foram problemas do Líder do Governo e, muitas vezes, nem do Governo, pois acho que a

pág. 18

comunicação não funcionou; não o contato de um com o outro, mas o rito dos projetos legislativos, Sr. Presidente. Eu acho que a assessoria do Prefeito não se informou bem de como anda o projeto dentro da Câmara de Vereadores, qual o tempo de maturação, de discussão, de emendas, qual o tempo de audiência pública. Acho que faltou isso, quando falo de falta de comunicação, eu tenho certeza, não é a comunicação direta do Prefeito ou da assessoria do Prefeito com os Vereadores e com o Líder, principalmente, é mandar os projetos antes de serem conversados, antes de serem avaliados de como a coisa circula no Poder Legislativo. O Poder Legislativo não tem a caneta para decidir na hora, mas ele tem a prerrogativa de discutir os projetos. Muitas vezes não é com a mesma urgência que tem o Executivo, às vezes é a mesma vontade, mas não é a mesma velocidade. Então, Ver. Pujol, V. Exa. que é nosso decano – não é “tucano”, não seria nenhum problema, não é, Ver. Pujol, ser “tucano”? O Ver. Moisés teria uma alegria de tê-lo como conhecido –, eu acho que temos uma grande responsabilidade, sim, aqui na Câmara. A nossa principal responsabilidade é não botar gasolina no fogo, a maior responsabilidade de nós todos aqui é não botar gasolina no cavaco. Não precisamos apagar o fogo, não, a discussão tem que seguir, mas não precisamos fazer com qualquer episódio, Ver. Matheus. Eu até acho, Ver. Matheus, pela sua atuação nesses meses em que V. Exa. esteve aqui, até queria pedir ao Ver. Ricardo Gomes dar uma repensada, ele está fazendo um trabalho tão bom lá na Secretária de Desenvolvimento, ele poderia rever essa situação e continuar na Secretaria de Desenvolvimento. Resolveriam-se dois problemas. Ficaríamos com um grande Secretário lá na Secretaria de Desenvolvimento e ficaríamos com um grande Vereador aqui. Eu acho que começa a se desenhar um bom entendimento. Eu gostaria muito de que acontecesse isso, Ver. Pujol, começar a dar uma esfriada na cabeça de todo o mundo, porque nós temos ainda 40 meses de Governo. A eleição não é amanhã, não é no fim do ano, não é no ano que vem e não é no ano de 2019. A eleição é só em 2020. Nós somos cobrados na rua por aquilo que nós não ajudamos a fazer, e não por aquilo que nós ajudamos a não... Então, eu queria fazer um apelo, vou ser repetitivo: não vamos colocar gasolina no cavaco que inicia o fogo. O foguinho está lá pequenininho, deixa o fogo ardendo; que sirva de alerta, mas não precisamos tratá-lo com gasolina. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, faço coro ao Ver. Cecchim de que, na verdade, temos um grande Vereador aqui em Porto Alegre que demonstrou, em tão pouco tempo essa capacidade, o nosso querido Matheus Ayres, que tem feito um belo trabalho conosco aqui.

Mas eu estou aqui hoje para falar sobre a escola infantil no Município de Porto Alegre. Meu caro Ver. Moisés, eu quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Prefeito Marchezan pelas notícias que lemos hoje. Eu vou falar na educação infantil. A Ver.^a Sofia, a Ver.^a Jussara Cony e um grande número de Vereadores, nós tivemos, em 2015, uma comissão especial que tratou da escola infantil, das creches comunitárias. Foi uma iniciativa minha. Foi uma grande comissão, reconhecida por todos que aqui estiveram. A educação da nossa criança de zero a 6 anos, que merece uma atenção toda especial não só nossa, mas de toda a comunidade porto-alegrense. O trabalho que se desenvolve nas nossas escolas infantis – Ver.^a Fernanda, V. Exa. participou ativamente conosco – é de um reconhecimento todo especial. E nós conquistamos algumas coisas importantes, inclusive financeiras, para as nossas, carinhosamente, creches. E nós, àquela época, dizíamos da quase impossibilidade de vermos homens e mulheres trabalhando de manhã, de tarde e de noite, voluntariamente, para manter as nossas escolas infantis com dignidade. Os valores que recebem essas nossas instituições que financiam a educação infantil eram e são realmente mínimos, muito pequenos, portanto nós recebermos a notícia de que haverá aumento no valor do repasse para essas escolas, que implica aumento no valor para a escola infantil, para a entidade, mas principalmente para as nossas crianças, não construiremos a Pátria Brasil que queremos, se nós não intensificarmos, incentivarmos a primeira escola da nossa juventude de Porto Alegre. Portanto, esse repasse de R\$ 102 milhões anuais para 226 instituições, com aumento de vaga.

E agora nós precisamos buscar solução para outra luta. Hoje passou a ser obrigatório o Município aceitar matricular crianças de quatro a cinco anos – essa foi uma conquista que veio de longe e que passou a vigorar o ano passado. E agora nós temos que fazer um esforço bastante grande para aceitarmos de zero a três, porque, na verdade, se hoje

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
079ª Sessão Ordinária – 30AGO2017

temos crianças quatro, cinco, quase seis anos, que precisam da nossa creche, a Prefeitura consegue; agora, crianças de zero a três dificultou bastante. Por isso nós, com esse acréscimo nas verbas que se recebe hoje, necessárias pelo estudo que fizemos, e agora, Ver. Aldacir Oliboni, buscando uma intensificação de zero a três, nós universalizaremos a escola infantil com as nossas crianças do Município e isso é uma luta que precisamos abraçar todos nós. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h35min.)